

1 **ATA 126**

2 Aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis na Secretaria de  
3 Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, às catorze horas e vinte minutos,  
4 reuniram-se na Sala de reuniões Darci Ribeiro, com o Secretário Executivo do  
5 CONEDE, Sr. Alexandre Belino, com os convidados, Maria Elisa De Caro (Diretora de  
6 Direitos Humanos da SST), Intérpretes de Libras: Adackciel Braz e, com a participação  
7 dos Conselheiros Titulares e Suplentes presentes: Maristela Antonia dos Santos (SST),  
8 Geraldo Buogo (SST), Pabline Evelyn Coelho Lemke Schraeder (SST), Rosana Maria  
9 Ostroski (SED), Sabrina Vieira da Luz (SES), Mauricio Fernandes Pereira (SEA), Sueli  
10 Irene Zincoski (SOL), Paulo Roberto Homem (SOL), Moema Nobre de Faria (FCEE),  
11 Francielle Cipriano Cardoso (FCEE), Sandra Lúcia Amorim (ASGF), Luciana Duarte  
12 (ASGF), Nivia Michelli Garcia Vieira (FEAPAES), Fabiani Erli Witt (APABB), Marcia  
13 Schmitz Fernandes (APAE ITUPORANGA), Claudio Pacheco (FECEDF), José Augusto  
14 Meier Gochinski (FECEDF), Jairton Fabeni Domingos (FECF), Adilson Mendes França  
15 (FECADESC), Cirineu Lourenço (FECADESC), Laércio Ventura (APAR), Giovana Maria  
16 Weber Zandoná (COMDE XANXERÊ), Rosenilda Ribeiro Werner (COMADEFI ITAJAI).  
17 Com ausências justificadas: Katia Proença (SED), Poliane Aparecida da Silva (FCD).  
18 Após as apresentações dos Conselheiros do CONEDE e convidados, iniciou-se a  
19 reunião do conselho, sendo presidida por Alexandre Belino Secretário do CONEDE  
20 com indicação e aprovação por unanimidade dos Conselhos (as), para condução dos  
21 trabalhos nesta reunião em virtude de não termos a mesa diretora eleita. O Sr.  
22 Alexandre Belino cumprimentou a todos abrindo os trabalhos com aprovação da ata  
23 n. 125, de sete de julho posto em aprovação à referida ata aprovado por  
24 unanimidade pelos Conselheiros presentes na data da Reunião, solicitando-os  
25 rubricá-la. Destacou os nove itens na pauta solicitando a inclusão de dois itens: Edital  
26 do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência-CONADE para que os  
27 Conselhos Estaduais e Municipais participem da Eleição do Biênio 2017-2019, e a  
28 Semana da Inclusão a pedido do Conselheiro Sr. Laércio Ventura ,aprovado a pauta  
29 com todos os itens referendados. Para os novos Conselheiros nós sempre mandamos  
30 essa pauta com antecedência e a ata que hoje é feita da reunião ela será enviada  
31 assim que ela estiver pronta finalizada (pré-finalizada) para apreciação dos  
32 Conselheiros, os mesmos apreciam, às vezes tem palavras que foram ditas ou não  
33 foram contempladas na ata ou precisa suprimir alguma palavra na sua fala, então  
34 após lerem os Conselheiros retornam para nós através de email em outra cor  
35 diferenciada para que nós possamos fazer as modificações se acaso precisar e  
36 novamente reenviamos finalizada para ser aprovada na reunião subsequente.  
37 Passamos ao Item quatro da pauta: Composição para a Eleição da Mesa Diretora  
38 Biênio 2016-2018, que se dará na próxima Reunião Ordinária para deixar claro aos  
39 Conselheiros como é feito devido ao nosso Regimento Interno a eleição pode se



40 inscrever uma chapa com quatro membros preferencialmente dois do Governo e dois  
41 da Sociedade Civil, os cargos para a composição da mesa diretora: Presidente, Vice-  
42 Presidente, 1º Secretário (ele que faz o rascunho das Ata e depois eu digito essa é a  
43 função) e Tesoureiro não têm nenhum fundo, mas têm esse cargo. Até quando pode  
44 e como fazer a inscrição ela é feita de forma escrita num papel com os membros  
45 participantes da composição da chapa pode ser entregue no email do CONEDE ou  
46 pessoalmente até 30 minutos antes da Plenária próxima plenária é dia 06/10/2016,  
47 às 13h30min pode entregar até às 13h na Sala do CONEDE, a inscrição dos quatro  
48 membros para fazer parte da mesa diretora. Temos uma dúvida se houver duas, três  
49 ou quatro chapas ou mais de uma como se dará com o voto secreto ou nominal a  
50 Plenária é quem decide. O Sr Laércio perguntou se vamos manter as nossas reuniões  
51 na quinta-feira. Justificando o pedido que nós fizéssemos as reuniões bimestralmente  
52 e em setembro o auditório e a sala de reuniões estavam ocupados, nós queríamos  
53 fazer a eleição e dar posse os novos Conselheiros excepcionalmente fizemos na sexta-  
54 feira. Em Outubro será dia 06/10/2016, a 1ª quinta-feira, e Novembro dia  
55 10/11/2016, 2ª quinta-feira em virtude do feriado de Finados, Dezembro é o evento  
56 da Pessoa com Deficiência. Poderá haver mudanças depende do Pleno, se tiverem  
57 sugestões de mudanças poderão fazê-las. Sobre a eleição alguém tem uma dúvida,  
58 querem fazer alguma pergunta, ou por em votação se será secreta ou aberta, ou  
59 deixar para a próxima plenária. Os Conselheiros deliberaram deixar para a próxima  
60 reunião os encaminhamentos da votação seguindo os critérios do regimento. Nós  
61 recebemos uma denúncia do Ex Conselheiro Sidinei Paveze que ele possui um cão  
62 guia e ao adentrar na CIRETRAN de Brusque não deixaram entrar com o cão guia  
63 dentro do órgão público isso é discriminação, é contra a Lei porque a mesma garante  
64 que o cão guia vá aonde for à pessoa com Deficiência Visual até no avião, então este  
65 Ex Conselho nos pede que nós manifestemos através de uma Nota de Repúdio para o  
66 CIRETRAN de Brusque. Vou pegar os dados certinhos e depois eu mando para vocês  
67 aprovarem a Nota de Repúdio que será enviado ao Órgão, os Conselheiros  
68 deliberaram por unanimidade a aprovação da mesma será enviada. Formações das  
69 Comissões nas gestões passada nós tínhamos quatro Comissões como elas  
70 aconteciam de manhã os Conselheiros reuniram-se a partir das 9h da manhã e a  
71 tarde teria a reunião ordinária. As Comissões permanentes do CONEDE: 1- Políticas  
72 Públicas, Atos Normativos, Criação e Acompanhamento de Conselhos Municipais e  
73 Acessibilidade. Vocês podem sugerir novas comissões, uma comissão que eu gostaria  
74 e até conversando com a Lucia Grissell e também com a Elisa agora é a nossa  
75 servidora que recebe as denúncias da Ouvidoria nós temos várias denúncias de maus  
76 tratos contra a PCD, que vêm do disque 100, não temos uma comissão para avaliá-la  
77 para olhar, ou pelo menos dar uma resposta, ou para acompanhar, então uma  
78 comissão de Direitos Humanos seria importante em minha opinião, não sei se vocês



79 concordam. A Sra. Maristela questionou uma comissão de Direitos Humanos já não é  
80 contemplada na Diretoria de Direitos Humanos ou outra comissão de avaliação, ou da  
81 ouvidoria. O Sr. Alexandre explicou que não são apenas as denúncias da ouvidoria,  
82 vêm do disque 100, vêm, por exemplo, essa do CINETRAN já poderia ir pra a comissão  
83 própria já fazia o documento trazia para a plenária. A Sra. Kelly ressaltou que na  
84 verdade temos que pensar quando a gente assumir o compromisso da comissão  
85 dessa definição nós vamos avaliar a denúncia e por que o CONEDE não é órgão  
86 executivo fica parecendo receber a denúncia para darmos encaminhamentos, não  
87 temos como fazer isso às denúncias que vêm da ouvidoria e do disque 100, elas já vão  
88 para os órgãos responsáveis pelo atendimento, então me parece no meu  
89 entendimento de que a preocupação dessa responsabilidade porque a Lúcia mandou  
90 na semana passada uma denuncia que foi do mês passado lá do interior é de  
91 Maravilha de exploração de e violência sexual de adolescente PCD o que o CONEDE  
92 poderia fazer quem deve atender crime é a Delegacia. O que o CONEDE poderia fazer  
93 é receber esse dados de levantamento das denúncias, qual município que tem mais  
94 ocorrência, qual que não retornar não há responsabilidade de receber a denúncia em  
95 si nós não temos pernas para isso. Mas o Conselho tem o papel de fazer a vigilância e  
96 a fiscalização, mas ninguém faz, destaca o Sr. Alexandre. A Sra. Kelly pontuou a  
97 denúncia foi feita o encaminhamento foi dado, temos que pensar que o CONEDE se  
98 reúne uma vez por mês a demanda, por exemplo, de um crime é de imediato. A  
99 Sra. Elise sugeriu que essa comissão poderia estar dentro das Políticas Públicas e quer  
100 os Conselheiros dos municípios mais próximos poderia encontra-se mais seguido e  
101 trabalhar junto com a Diretoria de Direitos Humanos com a Lúcia, que essa comissão  
102 seja composta por membros que tenham essa facilidade de reunirem-se e estarem  
103 discutindo, não precisa o Conselho todo, a referida comissão constituída legalmente  
104 no meu entendimento teria mais disponibilidade para que ela possa funcionar. A Sra.  
105 Kelly quero esclarecer quando as denúncias do disque 100 é canalizado para a  
106 ouvidoria do Estado esse telefone replica para toda a os Órgãos de Atendimento seja  
107 de Segurança ou de Assistência Social do Estado para o CRAS, CREAS do município  
108 pense vocês que isso demora trinta dias para dar resposta e voltar, teriam que tentar  
109 fazer o caminho de receber a denúncia acompanhar o encaminhamento dela e todo o  
110 processo até vir à resposta porque o CONEDE não tem como pegar e dizer a Delegacia  
111 abre um inquérito vai lá e investiga essa função é burocrática do Órgão abrir  
112 inquérito fazer a investigação não consigo compreender que o CONEDE teria esse  
113 papel de fiscalizar. A Sra. ELISA destaca esse assunto está localizado lá na Secretaria  
114 de Direitos Humanos nós discutimos isso faz tem por quais são os nossos papéis o  
115 que eu vejo em relação aos Conselhos de uma forma geral do que nós recebemos  
116 denúncias de todos os segmentos todos os problemas do Estado, o que eu creio que  
117 o Conselho necessita é de dados como é que eu vou falar de Políticas Públicas se eu



118 não tenho nem idéia de onde no Estado a maioria desses Direitos está sendo violada,  
119 por exemplo, como é que eu vou discutir a questão de implantação e implementação  
120 de alguns programas se eu não sei o que eu tenho para fazer. O que eu imagino vocês  
121 receberia as denúncias e a partir dali mapearia as regiões, ou questões de mais  
122 violação de direitos onde está sendo mais violados isso ajudaria a comissão de  
123 Políticas Públicas, porém voltando o que está sendo discutido aqui não é um órgão  
124 executor que vai chamar a atenção de quem têm que responder mais tem por  
125 obrigação caso a demanda ficar em aberto do que o órgão que deveria atuar e não  
126 atuou se o mesmo não atuou sim cabe ao Conselho chamar a atenção do porque não  
127 atuou. Mas só vão saber se essa denúncia chegar ao Conselho não custa criar uma  
128 comissão que não tenha a sequência de outras comissões, ou quantidade de reunião,  
129 mas havendo a denúncia e podendo se reunir e mapeando os problemas que têm no  
130 Estado, as regiões e aquilo que ficou em aberto que não foi à frente não teve uma  
131 resposta e teve uma negligência sim aí o Conselho também tem que atuar nestes  
132 casos específicos Sra. Maristela a minha fala vai de encontro essa fala da Kelin e da  
133 Maria nós temos que tomar o cuidado com serviços que já existem que estão nos  
134 municípios para não fazer ações paralelas e nem tomar o lugar desses serviços que  
135 são CREAS no caso de violências porque é uma criança com deficiência é um serviço  
136 que deveria estar atendendo esses dados também é importante para o  
137 fortalecimento dos Conselhos Municipais é o que nos falta. Teríamos essa Comissão  
138 que iria ao CREAS daquele município, mas como o CONEDE é órgão estadual vão estar  
139 lidando com o Conselho Municipal dentro do território dele façam esse  
140 acompanhamento de tomarmos cuidado para não ficarmos executando um serviço  
141 que já tem no município ou pelo menos deveria existir. Sr Sabene eu acho que vocês  
142 estão certos vocês não podem envolver o Conselho em situações de violências, eu  
143 trabalhe sete anos com o disque 100, no meu município Navegantes como  
144 Conselheiro Tutelar de Santa Catarina todos os disque 100 vão para Brasília e depois  
145 são distribuídos para as Delegacias e aos órgãos responsáveis no caso nós do CT  
146 mesmo não atuando mais no Conselho, mas eu tenho conhecimento  
147 obrigatoriamente que eles são averiguados e todos os órgãos tem que passar  
148 informação e fazer um ofício ao Ministério Público para ter ciência e bom si vocês  
149 ficarem cientes das violências que acontecem com as pessoas com Deficiências é  
150 crime eu vejo também que o Conselho não pode envolver, mas saber onde está  
151 acontecendo e ser fiscalizador. A Sra. Moema eu queria saber sobre a Comissão de  
152 avaliação de Concurso Publico? Sr. Alexandre hoje a avaliação de Concurso Público  
153 nós não temos Médico e está na avaliação o Conselheiro Laércio Ventura, temos um  
154 Fisioterapeuta que é voluntária e as três outras pessoas do órgão que faz o concurso  
155 e a Médica os órgãos estão falando com a Dra. Simone que faz a perícia Médica, como  
156 voluntária.



157 O Sr. Laércio dentro do viés da fala da Elisa o disque 100 funciona dentro da SDH, se  
158 não me fale a memória têm um filtro uma parte da pessoa com Deficiência, uma  
159 parte vai para o CONADE ele distribui para os Estados temos uma demanda bem  
160 reprimida. Eu sempre defendi que nós devemos acompanhar faz parte da Política da  
161 Pessoa com Deficiência e conseqüentemente com esse viés os estudiosos utilizam a  
162 demanda para a estatística de funcionamento enviam para os municípios. Penso que  
163 o nosso papel não é interferir no município, ou pelo contrário é participar, mas o que  
164 nós temos para SC uma carência enorme de Conselhos de Direitos nos municípios  
165 mais empobrecidos com mais número de violência principalmente com criança com  
166 deficiência intelectual, eu acredito que essa demanda também tem que vir para cá  
167 quando criamos o programa que era junto com a Fundação Catarinense de Educação  
168 Especial SICOV ele tinha essa demanda para o Estado de fazer, de ser usado como  
169 instrumento também de denúncias ou até mesmo de avanços na Política das Pessoas  
170 com Deficiências. Sra. Sandra complementando a fala de todos daqui essa discussão  
171 que está em pauta sobre o disque 100 e abusos eu tenho uma dúvida aqui no  
172 CONEDE não tem um órgão tem o Conselho do CONEDE e existem uma lei que  
173 acompanha um bom tempo com vários parâmetros que foram sendo implementado  
174 ao longo do tempo nessa comissão com relação a isso, qual o papel do CONEDE em si  
175 na organização, qual o papel de cada um dentro dessa discussão aqui do Conselho.  
176 Ele é oficial existe uma lei oficial é o regimento, se bem que todos podem dentro  
177 dessa comissão e alguns não têm o conhecimento, mas é necessário que todos  
178 participem no planejamento e o façam, mesmo não sendo um órgão governamental,  
179 mas ele trabalha aqui existe esta comissão de pessoa com deficiência e as devidas  
180 comissões: por exemplo, o disque 100, então as pessoas fazem as denúncias que  
181 existem estupro contra as várias deficiências, qual o papel do CONEDE em relação a  
182 isso dentro dessas comissões, vai levar para quem? É responsabilidade de cada um  
183 existe um estatuto dentro do CONEDE, existe lei nós temos que estudar isso parece  
184 que a lavamos as mãos e deixamos a responsabilidade para outros esses é minha fala  
185 minha dúvida. Sr Alexandre por isso é importante termos uma comissão especial para  
186 isso, para tratar diretamente desses assuntos. Sra Rosenilda ouvindo todos os colegas  
187 que falaram, eu acredito que nós podemos ter sim essa comissão, eu sugiro que o  
188 nome dela seja Direitos Humanos, Avaliação, da Discriminação do Estado, e lá onde  
189 vai estar os objetivos específicos, deixa bem claro avaliar os dados das denúncias para  
190 mapear, para conversar com os Conselhos de cada município, no começo vai dar  
191 muito trabalho, mas depois as comissões vão conseguindo hoje tem mídias  
192 eletrônicas: skype, whatsapp, tantas outras coisas nós pode sim eu queria fazer parte  
193 dessa comissão a mim já sugeri o nome o que vocês acham? . Sr. Laércio já estamos  
194 avançando para o segundo ponto se vai existir ou ter ou não. A Sra. Rosenilda  
195 solicitou a inclusão para votação da referida Comissão. O Sr. Laércio a minha sugestão



196 de nome seria Avaliação em Direitos Humanos já incluiria as demandas referentes ao  
197 tema O Sr. Alexandre solicitou aos Conselheiros aprovação da referida Comissão com  
198 o nome. A Sra. Elisa solicito questão de ordem para vocês não perderem tanto tempo  
199 agora hoje nesta questão eu sugiro encaminhamento poderia ser vamos criar essa  
200 comissão? Sim depois trabalhar as questões de nome, traz para a próxima reunião e  
201 na próxima plenária votam qual a melhor sugestão, a que traduz melhor o que vocês  
202 querem exatamente com a comissão seria melhor, mas refletido. O Sr. Alexandre  
203 vamos inscrever hoje os Conselheiros nas Comissões? Eu vou colocar no e-mail o  
204 nome das Comissões criadas e quem quer participar se inscreve via email na próxima  
205 plenária nós deliberamos e esclareceu a Conselheira Sandra que a de Esporte está  
206 junto com a de Política Pública. Sra. Sandra existe a comissão e cada Conselheiro tem  
207 um perfil específico para a mesma impossível ser uma coisa geral é necessário termos  
208 uma comissão específica dentro do CONEDE, por exemplo, umas denúncias de uma  
209 cidade essas comissões se reúnam para discutir dependendo do local específico onde  
210 aconteceu o problema, depois conseguiram concluir assim temos uma extensão  
211 enviaremos documento oficial para o CONEDE, será mandado com o relato de acordo  
212 com cada cidade onde existe a comissão, aí depois de tudo reunido encaminha para o  
213 Conselho. O Sr. Alexandre questiona se está falando das denúncias? Sra. Sandra não  
214 todas as comissões. O Sr. Alexandre pontua temos que ter os permanentes e ter se  
215 houver necessidade fazer as específicas é isso que ela está falando, estamos vendo as  
216 permanentes. Vou repetir as Comissões: Políticas Públicas, Atos Normativos, Criação  
217 e Acompanhamento dos Conselhos e Acessibilidade. Dentro de Políticas Públicas  
218 entram trabalho, esporte, e todas relacionadas com PP voltadas a PCD, tenham  
219 muitas comissões repetindo-as e não podiam participar de nem uma ou outra e aí o  
220 trabalho ficava muito fragmentado. Temos quatro comissões permanentes e nessas  
221 comissões se houver a necessidade de criarmos mais algumas transitórias se instala.  
222 O Sr. Laércio que esse modelo é utilizado pelo CONADE. O Sr. Alexandre solicita se  
223 continuam às quatro comissões e as das Denúncias vejam qual que vocês vão se  
224 inscrever todos os Conselheiros poderão escrever em uma só, porque são todas no  
225 mesmo horário às 9h no CONEDE. Na outra Gestão muitos Conselhos se inscreviam e  
226 não viam, não tinham quorum nas mesmas. Então o Conselho só vai funcionar se as  
227 Comissões já deliberaram os trabalhos de pauta de manhã, fica complicado um  
228 Conselho Estadual a nós debatemos cada assunto e não for deliberada em cada  
229 Comissão para isso que tem as mesmas, é muito importante lá no Conselho Nacional  
230 eles ficam três dias discutindo nas Comissões para ter um dia de Plenária, então  
231 praticamente é tudo resolvido, mas Comissões, o plenário só aprova ou não.  
232 Sr. Laércio com a Conselheira levantou a questão da Comissão de Concurso Público  
233 que ela é uma lei que nós já agíamos no final de mandato conversado com a Kelin  
234 inclusive solicitado para Adriana Barro, parece que já havia a discussão de um



235 formato de aplicação, nós mandamos o documento que o problema era Médico,  
236 delegar o Conselheiro da Administração para que possa buscar em situação com o  
237 Secretário Adjunto até para ver se realmente há uma necessidade de renovar. Nós  
238 temos um problema sério de aprova ou não aprova o candidato com Deficiência,  
239 temos aí uma demanda desesperadora de processos judiciais contra o Estado e  
240 conseqüentemente contra o CONEDE, devido a não aplicabilidade da lei na condução  
241 da visão molecular disfunção profunda e séria e principalmente não questão do  
242 acompanhamento dessa pessoa com Deficiência quando ingressa no Serviço Público  
243 principalmente no estágio probatório, onde nós vamos dar à mão a palmatória que  
244 esse Conselho não tem uma estrutura física isso eu acho que esse Conselho poderia  
245 estar em projeto de Lei, onde tivéssemos condições de aporte para que houvesse  
246 uma comissão que conseguisse in locum para verificar essa adequação para a  
247 discriminação e o preconceito por incrível que pareça no próprio ambiente de  
248 trabalho. Sr.Mauricio primeiro que uma honra eu fazer parte deste o Conselho pela  
249 primeira vez colocou-me à disposição para falar diretamente com o Secretário para  
250 fazer essa interlocução. Sr. Alexandre além da Comissão de Concurso Público nosso  
251 Conselho participa de Comissões Extra Classe fora do mesmo além dessa muitas  
252 vezes não conseguimos participar de tudo porque temos nossos afazeres. Os  
253 Conselheiros alguns são de outros Municípios, alguns têm suas Associações para  
254 tocarem, alguns têm suas Secretarias para atuarem e não tem como nós  
255 participarmos de tudo que nos somos convidados. Temos a Lei Catarinense de  
256 Inclusão que está na ALESC hoje, têm um grupo lá, e o CONEDE já foi votado aqui e o  
257 é membro participante até então estava a nossa Presidente Kelin atuando nessa  
258 Comissão, quando que ela se reúne uma vez no mês primeira segunda do mês  
259 normalmente das 9h às 10h30min, o CONEDE precisa de um representante para  
260 participar nesta Comissão, a próxima reunião será dia 03/10/2016, na ALESC alguns  
261 dos Conselheiros gostaria de participar desse grupo de trabalho.O Sr. Laércio Ventura  
262 eu tenho uma fala sobre esse assunto nós já fizemos essa discussão ,mas os  
263 Conselheiros são novos a Lei da Inclusão passa principalmente pela Legislação  
264 Federal que ela não seja um contra o c contra o v ,porque inclusive principiamente  
265 algumas áreas ela está sendo contestada e uma questão da federalização da lei  
266 principalmente do Código Civil e do Código Penal e nos temos que fazer essa  
267 discussão porque que há demanda ,já que nós fizemos essa discussão outra vez eu  
268 me preocupo com a quietão do Fundo eu Laércio Ventura sempre tive uma opinião  
269 própria sobre essa questão realmente contra haja visto que estamos vendo que hoje  
270 tem um fundo e esse fundo sobre uma Lei e que essa lei passa para uma demanda de  
271 aprovação desse Colegiado nós temos que parar para fazermos essa discussão,eu não  
272 gostaria que o representante que lá estivesse com certeza num processo de discussão  
273 ele vai ser temerário ou não nos chegamos num valor que nos temos que ser uma



274 discussão mais ampla inclusive com os próprios gestores desse Secretaria ,porque nós  
275 criamos novamente um Fundo ou se vai haver um fundo onde nós vamos dizer sim  
276 Senhor sim Senhores,ou nós também vamos ser atores desse fundo ou ele vai ficar  
277 reduzido para Secretários deliberarem como outros fundos. O Sr. Alexandre  
278 relacionou a composição da referida Comissão destacando que as Federações tem  
279 apenas convite para participarem ,mas está participando apenas a APAE.A Sra Sandra  
280 disse-nos que tem um problema não tem interprete não sabe como vai se adequar a  
281 isso entendeu eu acho que o CONEDE ele precisa ter credicidade lá também .O SR  
282 Alexandre disse que a Cris que é a Coordenadora .Poderia por gentileza nos mandar  
283 um email para replicar para esse grupo para que a Associação já queira não tenha a  
284 Federação Catarinense de Surdos, mas que as Associações escolhessem um membro  
285 e que tive contemplado um interprete nessas reuniões, eu preciso da provocação de  
286 vocês para mandar para eles. Senviar por email um representante se quiserem  
287 participar deste grupo de trabalho, quem se escreve Sr. Jairton aprovado por  
288 unanimidade pelos Conselheiros. Sra. Sandra a Associação está a muitos anos  
289 participando me desculpa, nós não temos representatividade. Sr.Alexandre como o  
290 CONEDE e as federações são convidados. A Sra. Sandra as Associações ficarem  
291 dependendo das Federações, eu acho que não respeita referente à lei já que vocês  
292 perceberam a dificuldade dessa interpretação não recuso o interprete, a questão da  
293 fala português da Federação, ter que enviar o interprete, eu não admito isso da  
294 Federação, jamais encostar o dedo na inscrição entende porque tem que respeitar  
295 cada um tem direito uma Associação dependendo ou não de uma Federação. Sr  
296 Alexandre na Assembléia eles convidaram as Federações como ou Surdos não têm  
297 uma Federação precisa convidar as Associações. A Sra. Sandra disse, eu entendi isso  
298 só que a ALESC não têm conhecimento algum falta de respeito com a PCD, eu não  
299 admito em minha opinião, eu discordo do nome Federação tira a capacidade da PCD,  
300 eles não são deficiência, não existe nenhum Surdo eles não estão prontos para  
301 receber a comunidade Surda e outra a Interprete não é muito para colocar na  
302 comunidade surda tem apenas um, ou dois ou três interpretes nacional na  
303 comunidade que já tem alteridade. A ALESC lá dentro, o tempo todo não serve para  
304 nada, não conhece uma língua de sinais não é para botar fantoche, Federação isso  
305 tudo, o que eu tinha para falar a muitos anos há Associação têm desde 1955, hoje  
306 está com 65 anos cadê não quer doer no bolso para pagar um interprete é muito fácil  
307 vocês falam a mesma língua. Cego não vem, mas escuta igual, o Deficiente Mental  
308 consegue falar o Cadeirante também, o Surdo entende a nossa língua ALESC TEM A  
309 Federação têm não têm. Cadê a Federação dos Surdos serve para quê? Onde está o  
310 dinheiro dos assegurados, associação quer não te ficar pensando dentro o da  
311 Federação ele tem que dar respeito para tratar as pessoas com Deficiência, e as  
312 pessoas Surdas vocês nos apoiam ou apoiam eles? A Sra. Kelin, eu só queria



313 esclarecer a Sandra é na verdade foi deliberado aqui que o CONEDE com um  
314 representante, isso é ponto pacífico, no entanto quando nós participamos de uma  
315 reunião não existiam as Federações e sim o CONEDE era o representante no  
316 segmento da PCD. O que aconteceu num determinado momento surgiu à indicação  
317 da APAE para fazer parte dessa comissão porque nós entendemos que não poderia  
318 ser da Federação da APAE, mas que deveria ser todas as Federações, e de todos os  
319 segmentos, já que o CONEDE já tinha essa representatividade, não havia duplicidade  
320 de representação, mesmo assim nós deliberamos a representação de todas as  
321 Federações, não tendo uma representação ativa que foi a Associação de Surdo fosse  
322 ser a representante desse grupo, no entanto já se passaram três reuniões e não veio  
323 apenas uma vez a Federação das APAES, e nem outra só para esclarecer da Federação  
324 algum da Deficiência Auditiva, nós mandaram um ofício para convidar um interprete  
325 devidamente se fazer representado não só estar lá presente ter que ser fazer  
326 representado. A Sra.Cristiana só para esclarecer trabalho há 11anos com surdo se  
327 chegar à frente de vocês é uma comunidade sinalizantes totalmente diferente de  
328 qualquer língua, é oral auditiva para vocês falarem com a comunidade surda tem que  
329 aprender a língua de sinais, então basta só isso tem que ter a presença do interprete,  
330 o que a Sandra que colocarem eles sempre fazem a mesma fala não significa não ter  
331 Federação de Surdos, que o segmento do Surdo vai ser esquecido poderia ter na  
332 Assembléia ou qualquer instituição ou órgão público já que não existe a federação  
333 lembre-se das Associações de Surdos porque a entidade já está a 65 anos presente  
334 tem legitimidade é o que a Sandra quer Falar, ele só levantou essa crítica quanto a  
335 ALESC não tem conhecimento, voltado para atender a comunidade surda. Que a  
336 comunidade surda tem discussões pelo whatsapp, só que tudo é voltado para língua  
337 brasileira de sinais não existem essa discussão do surdo ter passada pelo papel pelo  
338 computador, isso onde acontece a parte legal se tivesse a interprete todos essa  
339 demanda do surdo estaria registrado no papel não têm acessibilidade, tem que ter  
340 representatividade surda nesses espaços é isso e nós vamos fazer um ofício. A Sra.  
341 Kelly nós temos SC Acessível é um grupo catarinense de representantes do Ministério  
342 Público, do Tribunal de Contas do Estado, ALESC, CAU, CREA, ou seja, instituições  
343 estaduais que pensam a inclusão de ponto de vista da Arquitetura Urbana de toda a  
344 acessibilidade local e o CONEDE vêm participando com o nosso Conselheiro anterior  
345 era o Ricardo do DEINFRA, depois eu substitui a nossa participação é fundamental  
346 porque nós fazemos a representação da Deficiência não têm ninguém, todos os  
347 outros representantes são institucionais de segmentos profissionais: Arquitetura,  
348 Engenharia ou até o do Direito do MP. Nós temos o olhar diferenciado para garantir  
349 os direitos que nós entendemos, não tem uma previsibilidade geralmente de três em  
350 três meses, o Ministério Público nos convoca antecedência está em fase da  
351 implementação e da imposição da aplicação da Lei de Acessibilidade dos órgãos



352 públicos municipais, estaduais e federal. O Tribunal de Contas está em fase de  
353 elaborar uma recomendação para cada Prefeitura a onde ela terá que ter uma equipe  
354 mínima de profissionais para validar qualquer tipo de adaptação aos seus espaços,  
355 também fornecer os alvarás da mesma forma, onde que não o fizer receberá uma  
356 punição do tribunal atrelada ao recebimento de outras verbas do Estado referente a  
357 Fundos que o Estado venha passar pra o Município vai ser feito uma avaliação pelo  
358 Tribunal de Contas esses locais não adaptados. A participação do CONEDE é  
359 fundamental realmente porque estamos reivindicando as necessidades da aplicação  
360 somos interessantes que alguém do CONEDE vá participar diferentes de outros  
361 espaços, nós que vamos dizer e questionar dos técnicos das outras áreas não  
362 compreende. Também estamos discutindo com o Corpo de Bombeiros a questão da  
363 segurança, alvará de segurança deixava de lado o Deficiente Físico, do cadeirante  
364 entre outras: o sensor sonoro, adaptação, espaços físico para o deficiente em caso de  
365 incêndio, ou socorro, nós chegamos num ponto com os Bombeiros na questão do  
366 190, como o Deficiente Auditivo acessar o 190, ou os outros serviços de emergência  
367 tanto ao Bombeiros, quanto a Polícia, é fundamental ter alguém do CONEDE. O Sr  
368 Alexandre quem se habilita para representar o CONEDE a Sra Pabline colocou o  
369 nome a disposição aprovado por unanimidade pelos Conselheiros. O Sr. Alexandre  
370 outra Comissão que temos fora daqui o Prêmio de Responsabilidade Social já é o  
371 sexto o Sr. Laercio Ventura é o nosso representante titular e Maria Izabel da  
372 Habitação é Suplente para indicar Empresas e as ONGs ao final do ano têm uma  
373 cerimônia na ALESC essas empresas, as ONGs se inscrevem durante o ano e são  
374 analisados os melhores dos balancetes sociais e no final do ano é entregue um  
375 prêmio de certificação de responsabilidade social. Minha pergunta é o Sr. Laércio  
376 continua nesse prêmio tem algum Conselheiro que gostaria de ser suplente a Sra.  
377 Pabline colocou-se a disposição, os Conselheiros aprovaram por unanimidade a  
378 Suplência permanecendo na Titularidade o Sr Laércio Sr. Alexandre temos a de  
379 Concurso Público que o Laércio também, a Fisioterapeuta Elisangela e uma Médica  
380 que no caso hoje que nos atendem é a Dr. Simone, lá na Perícia Médica. As avaliações  
381 são feitas na Perícia conforme a disponibilidade da Médica, o órgão que está  
382 ingressando o Candidato ele entrar em contato com a Médica, depois damos o OK.  
383 Nós agendamos o horário é avisamos aos Conselheiros alguns dias de antecedência e  
384 participamos então dessa avaliação. Avaliamos se o candidato tem ou não essa  
385 deficiência, depois ele passa por a perícia normal essa avaliação é só para certificar,  
386 se o candidato tem deficiência ou não se não está usando a vaga de outro, ou de má  
387 fé ou às vezes um Médico atesta a deficiência, mas não está de acordo com o Decreto  
388 enfim valida para ele entrar do concurso que ele fez, por exemplo, concurso de  
389 Educação de Professor na vaga da Pessoa com Deficiência. A comissão dá um laudo  
390 dizendo que ele tem deficiência ele vai para perícia médica, ela irá dizer se está apto



DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO  
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CONEDE

391 ou não se nós dermos inaptos acaba por ali ele entra para vaga normal, todo o  
392 concurso público do Estado tem essa validade em nível Estadual nas esferas  
393 municipais e federal eles tem a comissão de concurso própria. Sr. Laércio só para  
394 clarear a garantia direito da lei de cotas hoje para concurso público autarquias,  
395 fundações entre outras nem o MP deixa hoje sair um edital público e não prevê o  
396 percentual de vagas tem a comissão deles garantida em lei. A nossa é só para os  
397 Órgãos Estaduais. Sr.Laércio nós dá comissão bipartite três aqui estão propondo  
398 pelos laudos apresentados com documentos e mais exames caracterizam que esse  
399 indivíduo não é pessoa com Deficiência muitos saem daqui procuram a justiça e até  
400 agora nunca ganharam. Sr. Alexandre se vamos ter alteração nesta comissão alguém  
401 vai se manifestar o Sr. Laércio vai continuar? Quem tem interesse Pabline e Sabrina  
402 tem interesse vamos por em votação aprovado por sete votos para a quatro para a  
403 Pabline a indicação da Conselheira Sabrina para a vaga na comissão de Concurso  
404 Publico. Sr.Alexandre o CONEDE gostaria de participar da Eleição do CONADE para ser  
405 membro ter cadeira no CONADE que é o Conselho Nacional da Pessoa com  
406 Deficiência sendo que o CONEDE vai ser inscrever como votante e para ser votado.  
407 Também tem do uma vaga de titular e uma vaga de suplente a Eleição é eletrônica é  
408 no mês de Novembro e as inscrições vão até 14 de Outubro de 2016, nós precisamos  
409 saber quem vai ser o representante do CONEDE na Eleição não no conselho, depois se  
410 ganhar normalmente é o Presidente e na falta do Presidente o Vice, OU DA MESA OU  
411 alguma indicação que a Plenária sugerir. Como a nossa Plenária é no dia 06/10/2016,  
412 nós ainda teremos tempo alguns dias quem sabe se o Presidente sendo eleito ele seja  
413 homologado para participar nessa eleição, os Conselheiros deliberaram por ser  
414 apreciado e aprovado a indicação na próxima plenária e depois caso o CONEDE seja  
415 eleito na Nacional é indicado pela plenária quem é o representante se é o Presidente  
416 ou alguém da mesa diretora ou alguma outra indicação quem queira participar até  
417 2019. O Sr.Laércio a Semana Inclusiva os Municípios estão com uma programação  
418 voltada o CONEDE nos passou o Convite: Rio do Sul, Criciúma, Lages Chapecó eu  
419 penso ser interessante a participação do CONEDE representante o Conselheiro da  
420 região, ou participar dos momentos de palestras momento de abertura do evento  
421 momentos em que municípios fazem atividades o CONEDE é ator. Sr. Alexandre que  
422 tiver as datas nos enviar no nosso email nós vamos replicar quem puder participar da  
423 Semana Inclusiva cada Conselheiro está convidado para representar o CONEDE ou se  
424 manifestar através de e-mail. Sr.Laércio está liberado pelo CONEDE senão deixar  
425 documentado. Sr.Alexandre quem se dispõe a fazer isso vão se manifestar por email  
426 ou hoje o que vocês acham? Sr.Alexandre quem tiver interesse envie email se  
427 manifestando. Sr.Laercio principalmente a nova Conselheira representante dos  
428 Conselhos Municipais lá do Oeste fazer os contatos com os Conselhos da Região que  
429 estão executando alguma atividade poderá estar representando o CONEDE. Sr.



DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO  
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CONEDE

430 Alexandre todo o Conselheiro que estiver no evento e não estiver o Presidente estará  
431 lá representando o CONEDE. Sr.Laércio solicita manifesto desse Conselho em relação  
432 à representatividade que em outra ocasião um Conselheiro foi representar o CONEDE  
433 em um evento não foi referendado, e não compôs a mesa. Sr.Alexandre, mas nós  
434 fizemos a manifestação do caso. Sr.Laércio pede a legitimação dos Conselheiros à  
435 indicação vai representar o CONEDE, por email, fazer o registro e enviar via mídias  
436 eletrônicas ao referido Conselho como forma de registro. Sr Laércio nos assuntos  
437 gerais pediu a palavra para falar sobre irregularidade do Médico no Concurso Público  
438 enviamos documento referente a este caso para o Secretário Asdrúbal, não  
439 recebemos o retorno gostaria que estivesse registrado na Ata, isso saiu desse  
440 Conselho como denúncia. Sr.Alexandre foi encaminhado ao Secretário sabemos que o  
441 Médico não fará mais parte soubemos oralmente não inscrito. O Secretário do  
442 CONEDE Sr Alexandre Belino encerra os trabalhos e a Conselheira Giovana Maria  
443 Weber Zandoná atuando como secretária *adoc* transcreveu e digitou a presente ata  
444 que será enviada aos Conselheiros e será assinada pelos presentes. Florianópolis, 16  
445 de setembro de 2016.

446

447

448

449

**“CONEDE – PLANTANDO AS SEMENTES DA IGUALDADE”.**